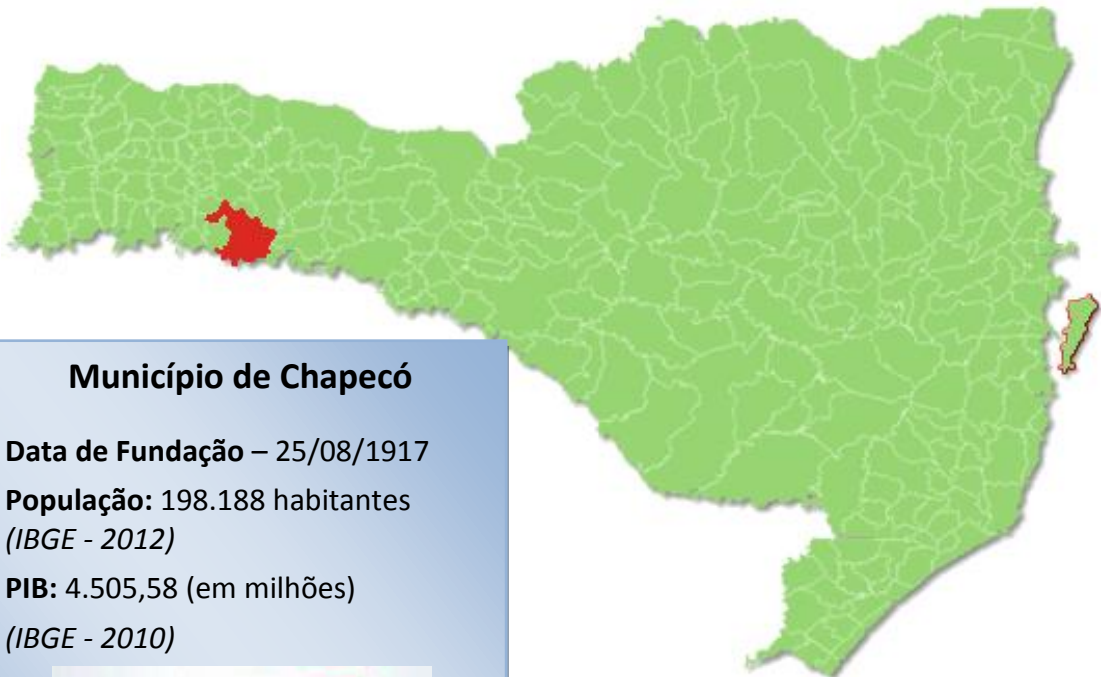


TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



### Município de Chapecó

**Data de Fundação** – 25/08/1917

**População:** 198.188 habitantes  
(IBGE - 2012)

**PIB:** 4.505,58 (em milhões)  
(IBGE - 2010)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	9
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	10
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	18
4.1. Situação Patrimonial .....	18
4.2. Análise do resultado financeiro .....	19
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	20
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	23
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	26
5.1. Saúde .....	26
5.2. Ensino .....	28
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	28
5.2.2. FUNDEB .....	30
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	33
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	33
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	34
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	36
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	37
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	38
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	39
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	43
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	43
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	45
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	45

---

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	47
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	48
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	52
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013 .....	54
CONCLUSÃO .....	55
ANEXO .....	57
APÊNDICE .....	59

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 14/00189133</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Chapecó</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. José Cláudio Caramori - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
<b>RELATÓRIO N°</b>	3291/2014

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Chapecó, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Chapecó, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 29/07/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

O oeste catarinense era habitado apenas por índios até 1838, quando tropeiros paulistas e imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul começaram a cruzar a região, rumo a São Paulo, para comercializar gado. A partir das paradas de tropeiros e com a vinda das companhias colonizadoras, iniciou-se o processo de migração de outros Estados, principalmente do Rio Grande do Sul. O rápido e constante crescimento das agroindústrias ampliou o mercado de trabalho e transformou-se na base da economia da cidade, juntamente com a agricultura. Mais tarde, o setor metal-mecânico surgiu como alternativa de desenvolvimento e vem se especializando na produção de equipamentos para frigoríficos. Localizada em meio a um entroncamento de rodovias federais e estaduais, com acesso fácil aos países do Mercosul - a Argentina está a 160km -, Chapecó é um ponto estratégico para negócios transfronteiras no sul do Brasil.

O Município de Chapecó tem uma população estimada em 198.188<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,79<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 4.505.579.009,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 24.179,73, considerando uma população estimada em 2011 de 186.337 habitantes.

---

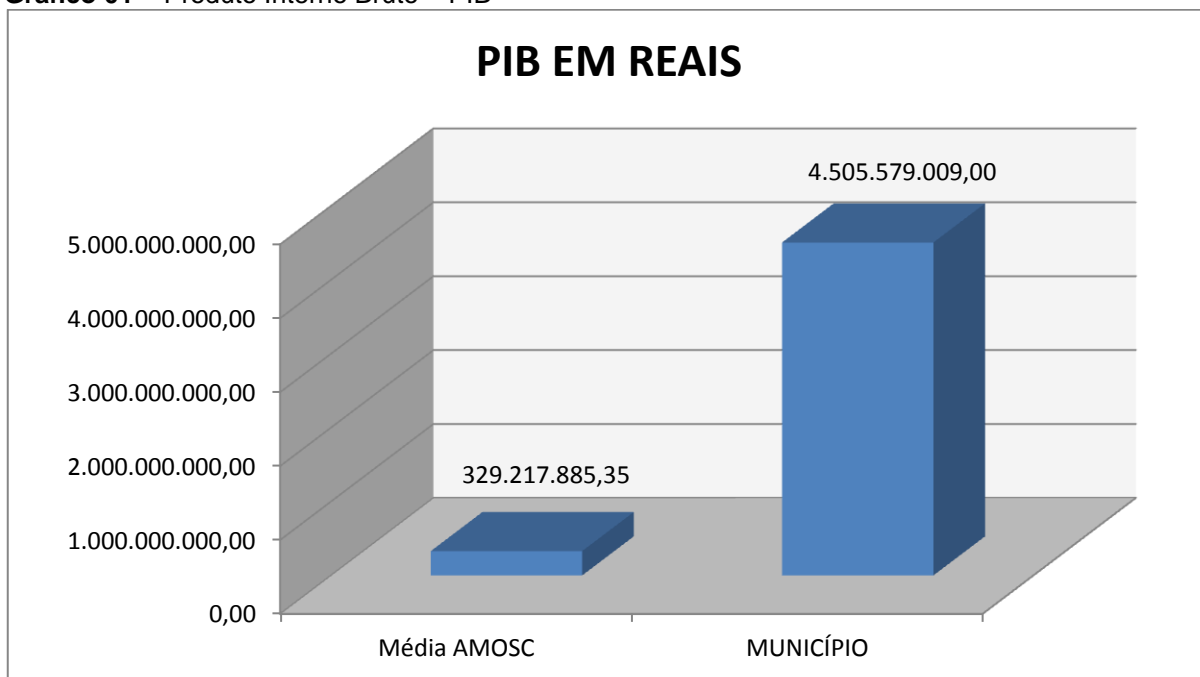
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

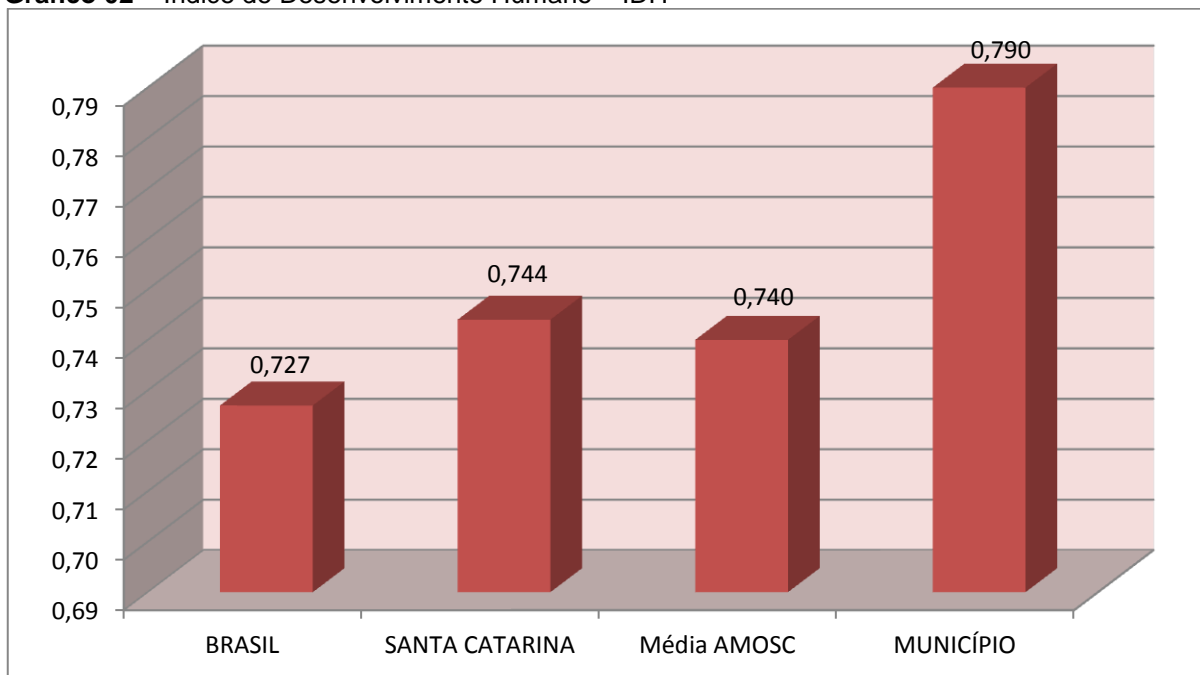
**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB**



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Chapecó encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	522.650.500,00
PPA	5618/2009	29/07/2009		
LDO	6294/2012	30/04/2012	DESPESA FIXADA	522.650.500,00
LOA	6364/2012	31/10/2012		

#### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 13.520.998,27**, correspondendo a **2,85%** da receita arrecadada.

Após os ajustes da receita e despesa o município apresentou Superávit de **R\$ 14.384.211,40**.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 14.384.211,40, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 5.456.281,20 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 19.840.492,60.

**Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor, o Município apresentou Déficit de R\$ 4.087.346,95.**

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 17.309.031,21), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).**

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	518.356.500,00	474.993.128,75	91,63
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	545.385.326,26	461.472.130,48	84,61
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>13.520.998,27</b>	
<b>Resultado Orçamentário Consolidado Ajustado</b>			
RECEITA	518.356.500,00	474.993.128,75	91,63
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	545.385.326,26	460.608.917,35	84,46
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>14.384.211,40</b>	
<b>Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>			
	<b>Superávit Consolidado Ajustado</b>	<b>Superávit do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>	<b>Déficit excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>
RECEITA	474.993.128,75	42.866.513,05	432.126.615,70
DESPESA	460.608.917,35	24.394.954,70	436.213.962,65
<b>Resultado de Execução Orçamentária</b>	<b>14.384.211,40</b>	<b>18.471.558,35</b>	<b>4.087.346,95</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Quadro 02 – A – Ajustes do Resultado Orçamentário Consolidado**

Descrição	Valor
Prefeitura Municipal: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas (ajustadas no exercício anterior) - fls. 397/400	635.564,93
Demais Unidades (exceto Instituto/Fundo de Previdência): Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas (ajustadas no exercício anterior) - fl. 402	227.648,20
<b>Total Excluído da Despesa Orçamentária</b>	<b>863.213,13</b>

Obs.: A Divergência, no valor de R\$ 222.583,49, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -3.132.207,65) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$



4.087.346,95), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 732.555,81, está anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório

Obs.: Consideradas as Transferências Concedidas e Recebidas, no tocante à receita no montante de R\$ 42.866.513,05, o valor de R\$ 6.278.700,98 se refere à receita, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor. No que tange à despesa no montante de R\$ 24.394.954,70, o valor de R\$ 5.651.523,26 se refere a despesa, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor (consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas).

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Chapecó nos últimos 5 anos:

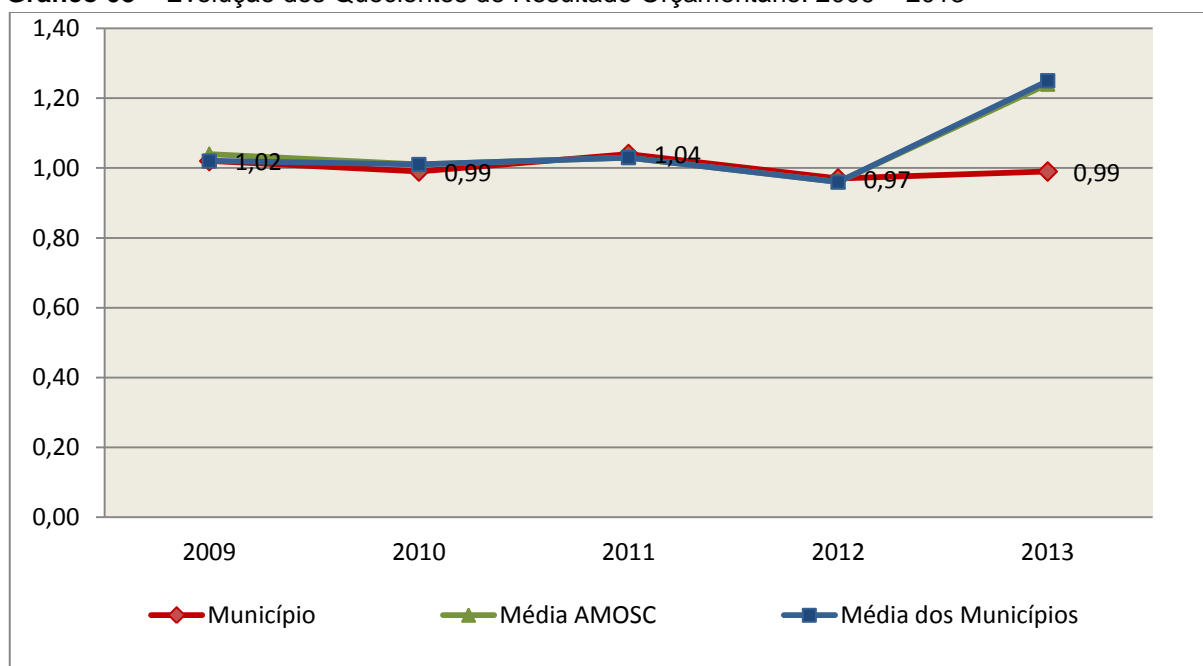
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – Ajustado e s/ RPPS – 2009-2013

ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	276.493.719,82	301.967.765,46	380.005.650,75	412.133.321,01	432.126.615,70
2	Despesa executada	271.730.240,20	305.705.046,45	367.123.464,09	424.474.292,79	436.213.962,65
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	0,99	1,04	0,97	0,99

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 474.993.128,75**, equivalendo a **91,63%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

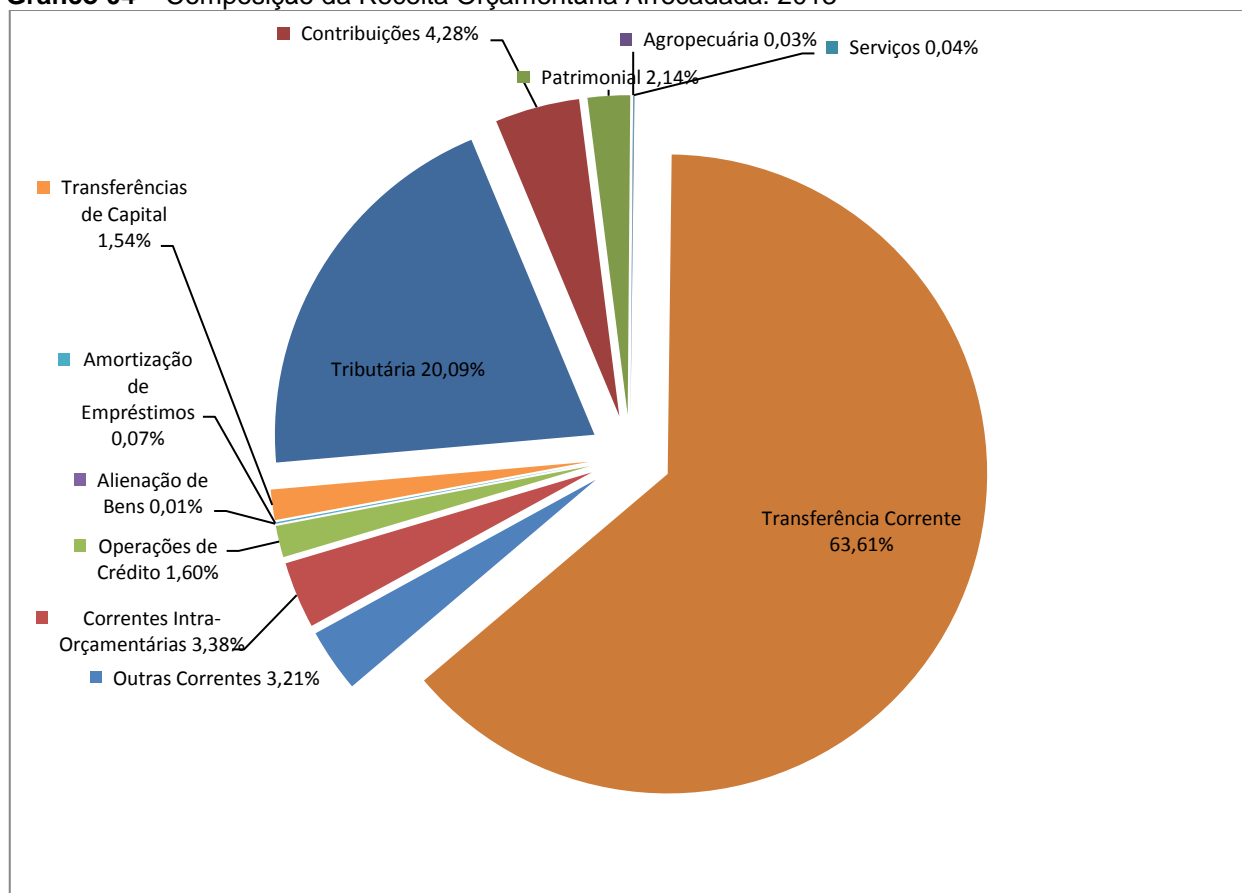
**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	106.496.000,00	95.439.519,53	89,62
Receita de Contribuições	19.024.000,00	20.350.189,75	106,97
Receita Patrimonial	27.519.000,00	10.166.049,41	36,94

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Agropecuária	13.000,00	136.891,79	1.053,01
Receita de Serviços	127.000,00	197.669,96	155,65
Transferências Correntes	291.665.000,00	302.145.594,56	103,59
Outras Receitas Correntes	27.501.674,00	15.260.012,85	55,49
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	17.619.826,00	16.057.416,95	91,13
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>489.965.500,00</b>	<b>459.753.344,80</b>	<b>93,83</b>
Operações de Crédito	6.943.000,00	7.581.744,04	109,20
Alienação de Bens	200.000,00	39.600,00	19,80
Amortização de Empréstimos	120.000,00	320.351,95	266,96
Transferências de Capital	21.128.000,00	7.298.087,96	34,54
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>28.391.000,00</b>	<b>15.239.783,95</b>	<b>53,68</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>518.356.500,00</b>	<b>474.993.128,75</b>	<b>91,63</b>

Fonte: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013**

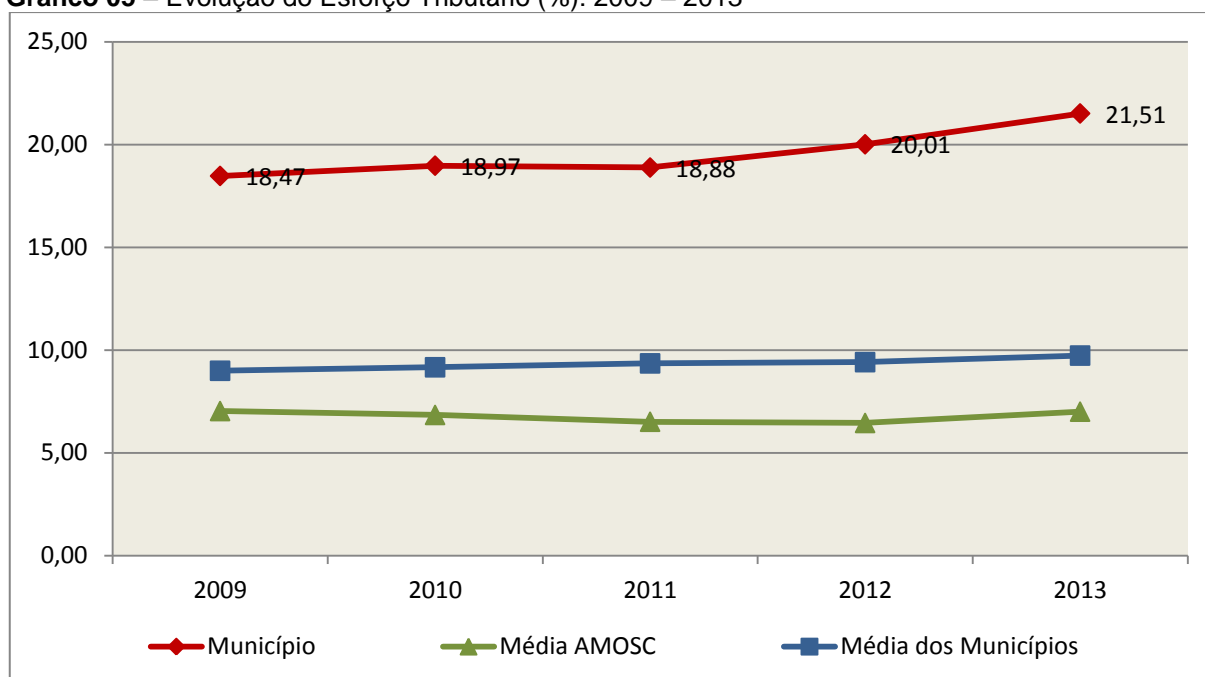


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **63,61%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

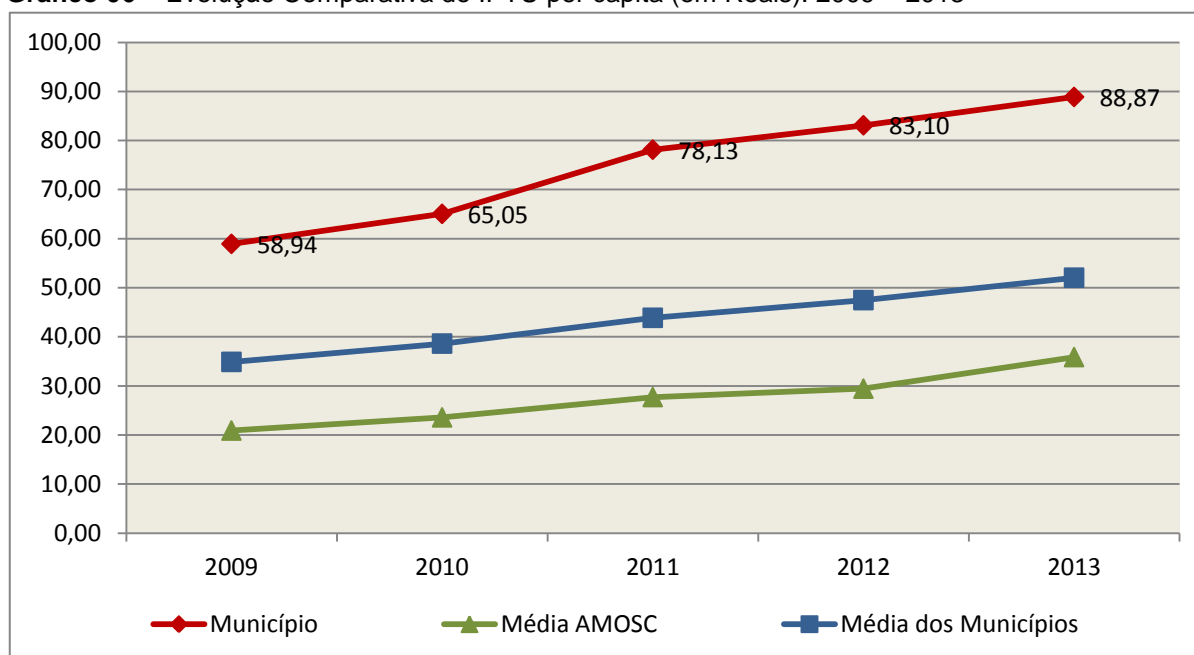


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

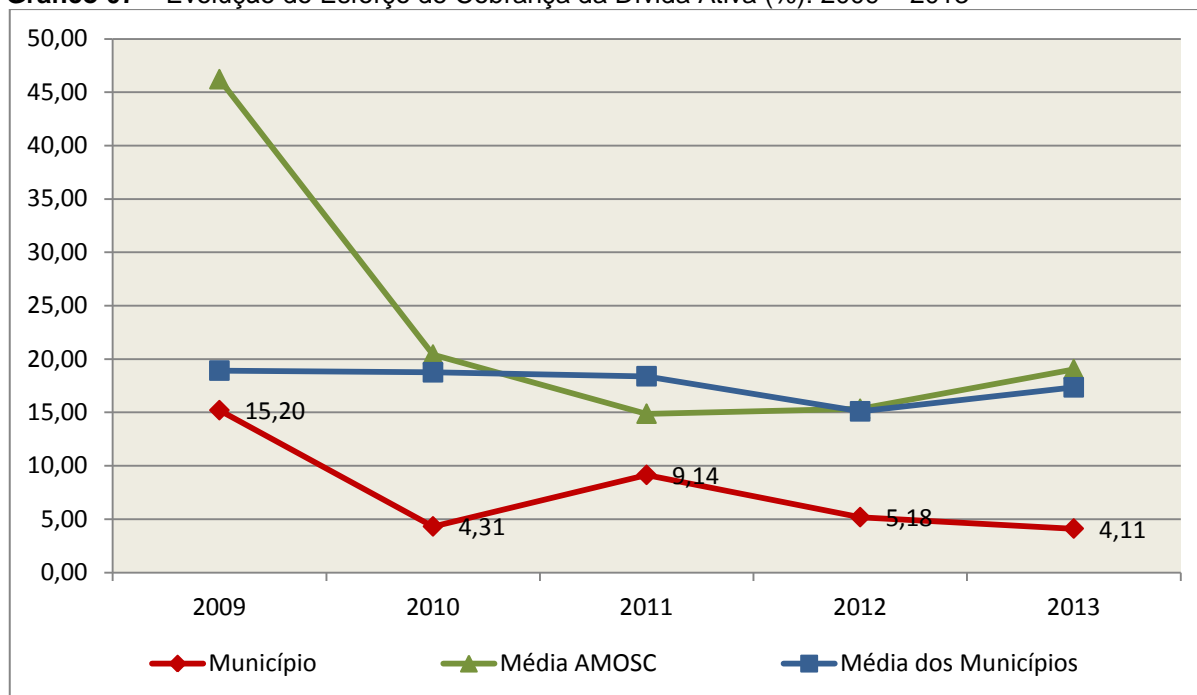
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
79.827.568,04	11.375.622,01	0,00	0,00	3.281.735,53	3.967.644,36	83.953.810,16

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	11.472.000,00	8.888.039,85	77,48
04-Administração	29.142.507,23	24.562.427,47	84,28
06-Segurança Pública	14.007.151,34	11.496.432,93	82,08
08-Assistência Social	22.423.073,85	15.508.360,61	69,16
09-Previdência Social	41.523.826,00	18.743.431,44	45,14
10-Saúde	174.075.378,89	161.781.587,49	92,94
11-Trabalho	822.968,00	667.180,19	81,07
12-Educação	115.267.247,87	101.662.251,96	88,20
13-Cultura	5.730.397,86	4.315.498,49	75,31
14-Direitos da Cidadania	846.111,00	691.587,71	81,74
15-Urbanismo	46.775.515,45	49.595.303,64	106,03
16-Habitação	3.722.951,00	1.231.427,77	33,08
17-Saneamento	2.421.000,00	651.652,34	26,92

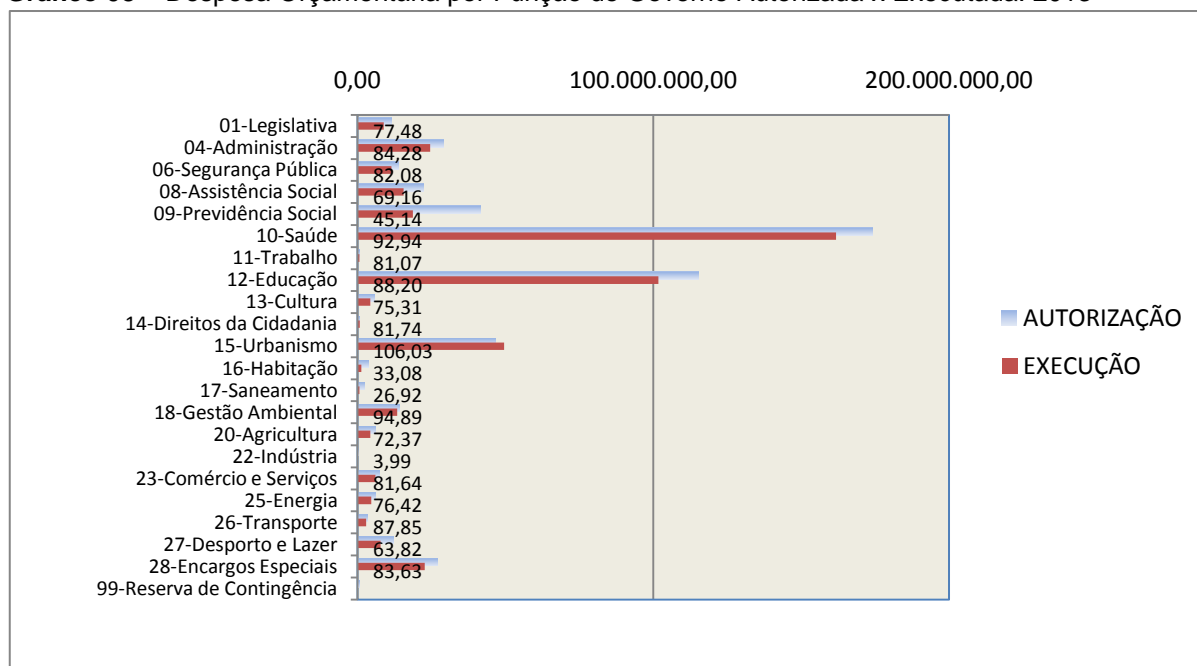
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
18-Gestão Ambiental	14.108.032,00	13.387.085,50	94,89
20-Agricultura	5.969.201,20	4.320.024,14	72,37
22-Indústria	300.000,00	11.971,50	3,99
23-Comércio e Serviços	7.374.406,57	6.020.581,91	81,64
25-Energia	6.101.000,00	4.662.209,22	76,42
26-Transporte	3.257.995,00	2.862.280,67	87,85
27-Desporto e Lazer	12.106.663,00	7.726.905,17	63,82
28-Encargos Especiais	27.126.900,00	22.685.890,48	83,63
99-Reserva de Contingência	811.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>545.385.326,26</b>	<b>461.472.130,48</b>	<b>84,61</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013**



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	4.778.990,75	5.025.881,32	5.636.777,39	6.196.522,86	8.888.039,85
04-Administração	22.708.264,62	18.467.657,64	23.351.117,61	26.231.115,34	24.562.427,47
06-Segurança Pública	7.383.661,89	7.581.809,58	9.695.550,61	9.602.347,83	11.496.432,93
08-Assistência Social	8.892.305,12	10.030.291,35	12.529.164,41	14.829.605,40	15.508.360,61
09-Previdência Social	8.625.548,03	10.130.667,47	11.945.220,57	15.820.738,50	18.743.431,44
10-Saúde	93.868.113,33	105.185.643,90	123.390.614,07	139.288.701,19	161.781.587,49
11-Trabalho	-	466.583,82	467.623,98	593.254,46	667.180,19
12-Educação	61.206.674,94	68.290.735,62	81.437.828,68	91.477.767,72	101.662.251,96
13-Cultura	1.376.958,22	1.931.136,02	3.253.744,50	3.460.860,87	4.315.498,49
14-Direitos da Cidadania	1.136.524,55	819.378,51	694.639,74	697.872,34	691.587,71
15-Urbanismo	26.346.296,84	40.370.714,53	50.865.710,07	63.732.646,84	49.595.303,64
16-Habituação	550.995,95	1.907.891,67	2.659.820,86	2.330.339,14	1.231.427,77
17-Saneamento	43.299,42	7.757.400,26	2.567.836,44	596.907,18	651.652,34
18-Gestão Ambiental	7.133.995,25	6.600.029,45	8.841.770,53	8.686.177,25	13.387.085,50
19-Ciência e Tecnologia	674.524,13	-	-	-	-
20-Agricultura	4.551.798,57	4.448.925,26	4.412.562,18	7.115.684,31	4.320.024,14
22-Indústria	34.644,35	-	-	-	11.971,50
23-Comércio e Serviços	6.285.980,84	2.105.215,76	7.258.813,44	3.079.910,40	6.020.581,91
25-Energia	3.910.504,26	3.927.609,25	5.367.025,90	5.226.933,80	4.662.209,22
26-Transporte	10.236.433,73	2.212.044,84	1.925.701,18	14.174.343,84	2.862.280,67
27-Desporto e Lazer	6.134.428,73	9.950.191,59	6.477.510,47	7.987.671,98	7.726.905,17
28-Encargos Especiais	8.092.864,97	12.111.347,57	20.119.384,71	22.303.209,93	22.685.890,48
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>283.972.808,49</b>	<b>319.321.155,41</b>	<b>382.898.417,34</b>	<b>443.432.611,18</b>	<b>461.472.130,48</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	17.612.707,82	7,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	42.503.128,56	17,56
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	8.383.410,62	3,46



<b>RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	8.974.028,62	3,71
Cota do ICMS	87.314.962,03	36,08
Cota-Parte do IPVA	21.773.636,38	9,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.343.827,52	0,56
Cota-Parte do FPM	50.485.634,54	20,86
Cota do ITR	76.502,24	0,03
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	410.751,36	0,17
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.709.783,15	0,71
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.395.496,76	0,58
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>241.983.869,60</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	475.163.958,49
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	31.468.030,64
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	3.570.458,35
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	15.307.008,39
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>424.818.461,11</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Chapecó (em Reais): 2012 – 2013

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
<b>Financeiro</b>	<b>146.585.402,26</b>	<b>165.794.632,12</b>	<b>Financeiro</b>	<b>15.835.799,51</b>	<b>20.791.475,29</b>
<b>Disponível</b>	<b>143.849.702,74</b>	<b>163.020.787,70</b>	<b>Depósitos</b>	<b>2.870.682,16</b>	<b>1.978.015,21</b>
Caixa	-	24,00	Consignações	2.553.407,01	1.685.590,09
Bancos Conta Movimento	27.945.139,62	28.600.735,72	Depósitos de Diversas Origens	317.275,15	292.425,12
Bancos Conta Vinculada	3.622.428,00	4.032.891,11	<b>Restos a Pagar</b>	<b>12.965.117,35</b>	<b>18.703.041,71</b>
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	112.382.135,12	127.147.018,18	Obrigações a Pagar	12.965.117,35	18.703.041,71
(-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS	100.000,00	-3.240.118,69	<b>Serviços da Dívida a Pagar</b>	-	<b>418,37</b>
<b>Realizável</b>	<b>2.735.699,52</b>	<b>2.773.844,42</b>	Operações de Crédito em Liquidação	-	418,37
Créditos a Receber	367.309,10	406.343,00	Outras Obrigações a Curto Prazo	-	110.000,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	2.368.390,42	2.367.501,42			
<b>Permanente</b>	<b>259.284.836,27</b>	<b>276.624.922,17</b>	<b>Permanente</b>	<b>304.248.452,98</b>	<b>181.725.965,16</b>
<b>Créditos</b>	<b>77.185,44</b>	<b>77.185,44</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>55.855.828,89</b>	<b>56.800.938,62</b>
Créditos a Receber	77.185,44	77.185,44	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>7.824.217,60</b>	<b>16.350.226,72</b>
<b>Bens e Valores em Circulação</b>	<b>2.297.152,12</b>	<b>2.168.793,77</b>	Dívidas Renegociadas	394.287,98	1.484.569,82
<b>Dívida Ativa</b>	<b>79.827.568,04</b>	<b>83.953.810,16</b>	Obrigações a Pagar	7.429.929,62	14.865.656,90
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	79.827.568,04	83.953.810,16	<b>Diversos</b>	<b>240.568.406,49</b>	<b>108.574.799,82</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>5.196.662,35</b>	<b>4.876.310,40</b>	Provisões Matemáticas Previdenciárias	240.568.406,49	108.574.799,82
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	-	-320.351,95	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos do RPPS - LP	0,00	5.196.662,35	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>171.886.268,32</b>	<b>185.548.822,40</b>			
Bens Móveis e Imóveis	171.791.890,32	185.451.367,40			
Bens Imóveis	117.887.613,99	128.411.932,58			
Bens Móveis	53.904.276,33	57.039.434,82			
Bens Intangíveis	94.378,00	97.455,00			

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
ATIVO REAL	405.870.238,53	442.419.554,29	PASSIVO REAL	320.084.252,49	202.517.440,45
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	85.785.986,04	239.902.113,84
			Ativo Real Líquido	85.785.986,04	239.902.113,84
TOTAL	405.870.238,53	442.419.554,29	TOTAL	405.870.238,53	442.419.554,29

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: O Balanço Patrimonial (Consolidado) - Anexo 14, apresentando indevidamente a conta "Créditos Realizáveis a Longo Prazo", com saldo credor de R\$ 320.351,95, consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório

Obs.: Os Valores impróprios lançados no Ativo Realizável, a título de "Valores Pendentes a Curto Prazo", no montante de **R\$ 920.638,77**, superestimando o Ativo Financeiro do Município, consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 14.176.823,56** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,59** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 3.132.207,65** passando de um Superávit de **R\$ 17.309.031,21** para um Superávit de **R\$ 14.176.823,56**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 4.833.007,29**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	146.585.402,26	164.873.993,35	18.288.591,09
Passivo Financeiro	17.852.876,89	20.791.475,29	2.938.598,40
<b>Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado</b>	<b>128.732.525,37</b>	<b>144.082.518,06</b>	<b>15.349.992,69</b>

Ativo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	112.383.421,81	130.277.387,30	17.893.965,49
Passivo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	959.927,65	371.692,80	-588.234,85
<b>Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>	<b>17.309.031,21</b>	<b>14.176.823,56</b>	<b>-3.132.207,65</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: No tocante ao Ativo Financeiro no montante de R\$ 130.277.387,30, o valor de R\$ 4.373.869,58 se refere ao Ativo, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor. No que tange ao Passivo Financeiro no montante de R\$ 371.692,80, o valor de R\$ 75.510,94 se refere ao Passivo, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

**Quadro 11 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)**

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Valores Pendentes – Ajuste exercício atual (fl. 408)	920.638,77
<b>Total excluído no Saldo Final do Ativo Financeiro</b>	<b>920.638,77</b>
Prefeitura: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas – Ajuste exercício anterior	1.604.419,45
Demais Unidades: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas – Ajuste exercício anterior	412.657,93
<b>Total acrescido no Saldo Inicial do Passivo Financeiro</b>	<b>2.017.077,38</b>

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Chapecó, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11- B – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em reais).**

FORNE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	Superávit
12 - Serviços de Saúde	-1.994,16	Déficit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	208.168,36	Superávit

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>Superávit / Déficit</b>
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ -29.551,49	-137.949,57	Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ -108.398,08		
22 - Transferências de Convênios - Educação	576.027,25	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	2.187.245,48	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	5.603.066,04	Superávit
46 - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	-6.871,41	Déficit
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	245.914,89	Superávit
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	28.137,56	Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	216.717,68	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	24.786,32	Superávit
51 - Programa Sentinela	129.053,63	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	324.404,84	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	-622,00	Déficit
55 - Convênio Trânsito - Civil	167.916,14	Superávit
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	0,00	Superávit
58 - Salário Educação	584.039,02	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.379,13	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	27.370,74	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	1.431,68	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	15.695,67	Superávit
63 - Bolsa Família	13.790,89	Superávit
64 - Atenção Básica	2.679.737,72	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.002.608,95	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	547.683,12	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	310.528,05	Superávit
68 - Assistência Farmacêutica Estratégica	0,00	Superávit
70 - Gestão SUS	932.303,88	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	335.718,00	Superávit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	Superávit
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	-1.549.865,43	Déficit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-1.697.302,57</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	3.277.719,30	
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-3.238.345,82	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-1.328.972,39	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>-1.289.598,91</b>	<b>Déficit</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades da Câmara Municipal de Chapecó, do Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal de Chapecó e do Instituto do Sistema Municipal de Previdência de Chapecó, foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12** – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

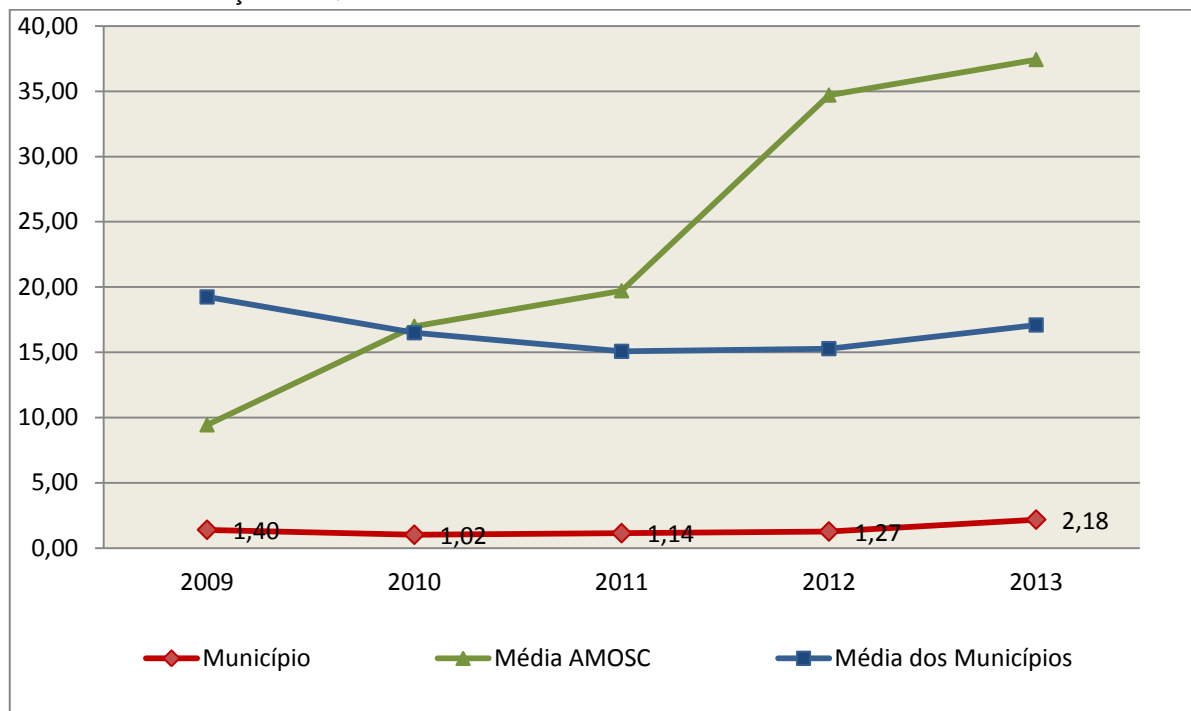
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	283.972.808,49	319.321.155,41	382.898.417,34	443.432.611,18	461.472.130,48
2 Restos a Pagar	13.569.613,11	7.132.307,29	10.065.557,34	12.965.117,35	18.703.041,71
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	29.876.776,92	21.763.619,31	40.155.086,68	34.201.980,45	34.596.606,05
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	15.207.289,79	9.232.619,75	12.641.602,97	16.892.949,24	20.419.782,49
5 Ativo Real	265.743.602,17	291.189.250,09	354.290.748,92	405.870.238,53	442.419.554,29
6 Passivo Real	189.489.665,02	284.987.879,62	309.962.365,07	320.084.252,49	202.517.440,45
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,40	1,02	1,14	1,27	2,18
Situação Financeira (3÷4)	1,96	2,36	3,18	2,02	1,69
Restos a Pagar (2÷1)*100	4,78	2,23	2,63	2,92	4,05

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

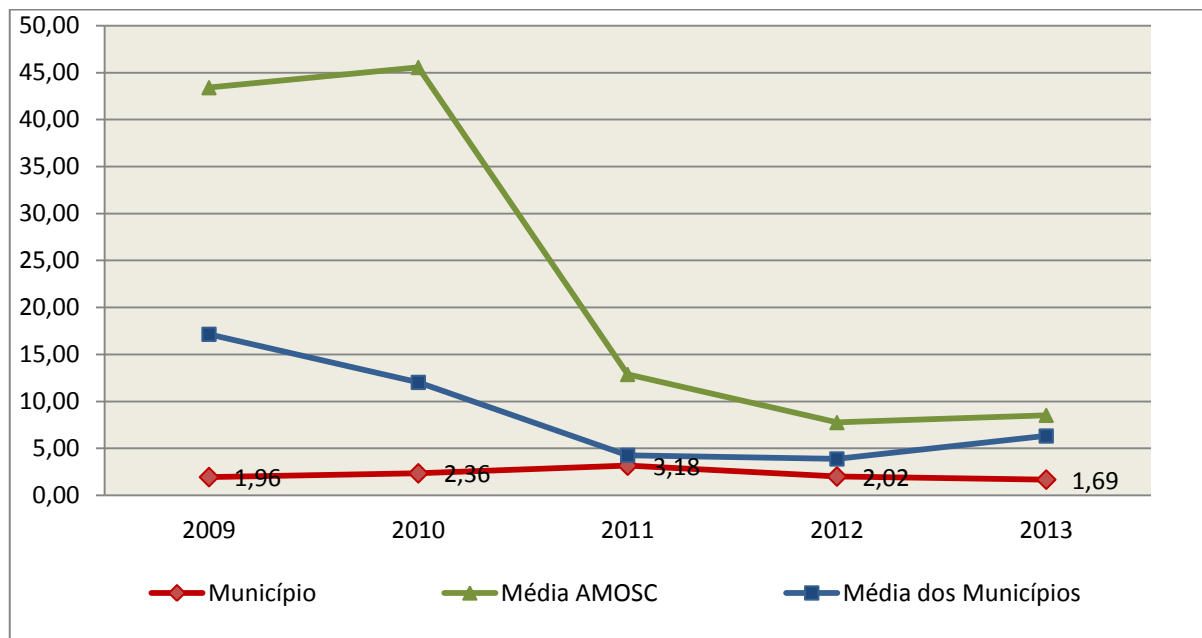
Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **2,18** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.



**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

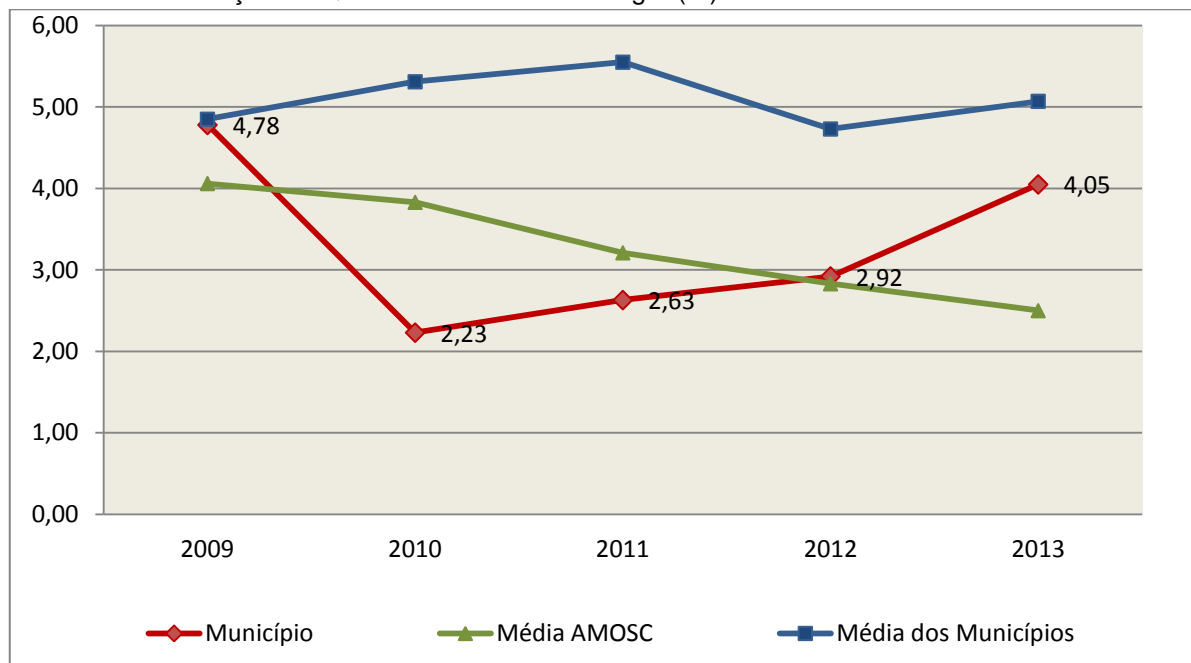
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **1,69** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Chapecó é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **4,05%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 51.766.152,39** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **21,39%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 15.468.571,95**, representando **6,39%** do mesmo

parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

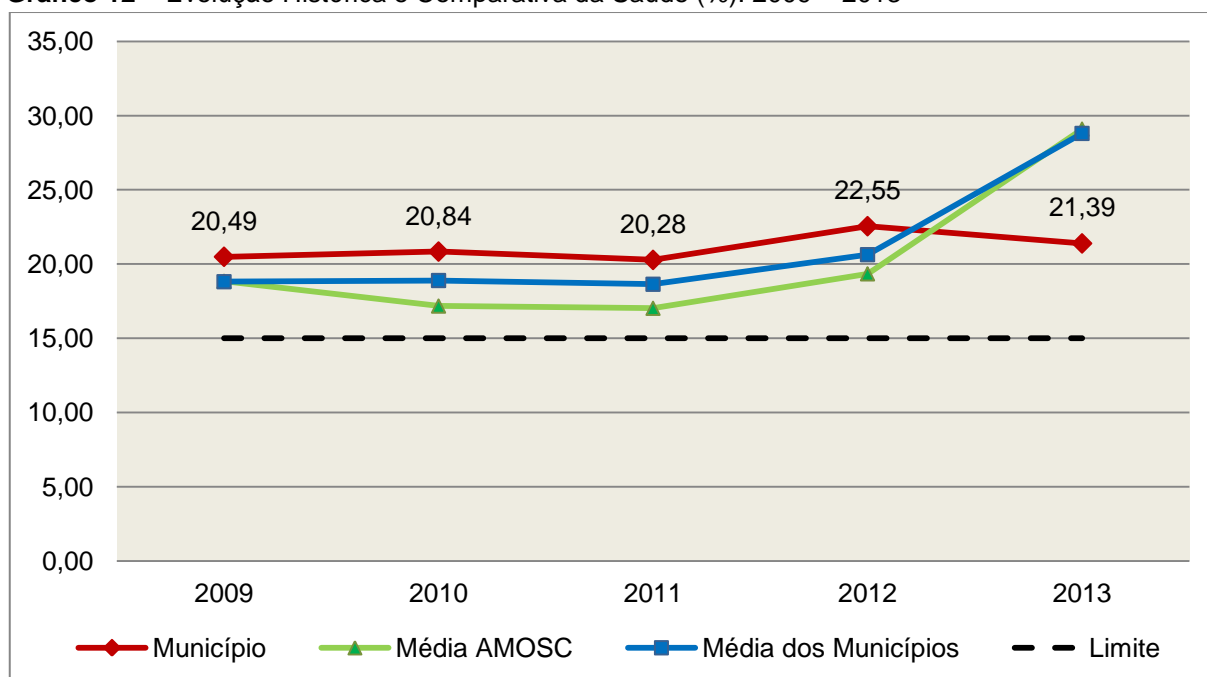
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>241.983.869,60</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	151.424.393,86	62,58
Atenção Básica	80.794.397,46	33,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	65.582.959,54	27,10
Suporte Profilático e Terapêutico	2.232.185,47	0,92
Vigilância Sanitária	2.282.450,49	0,94
Vigilância Epidemiológica	532.400,90	0,22
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	99.658.241,47	41,18
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>51.766.152,39</b>	<b>21,39</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	36.297.580,44	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>15.468.571,95</b>	<b>6,39</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Chapecó em 2013 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 67.320.403,28** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,82%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 6.824.435,88**, representando **2,82%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

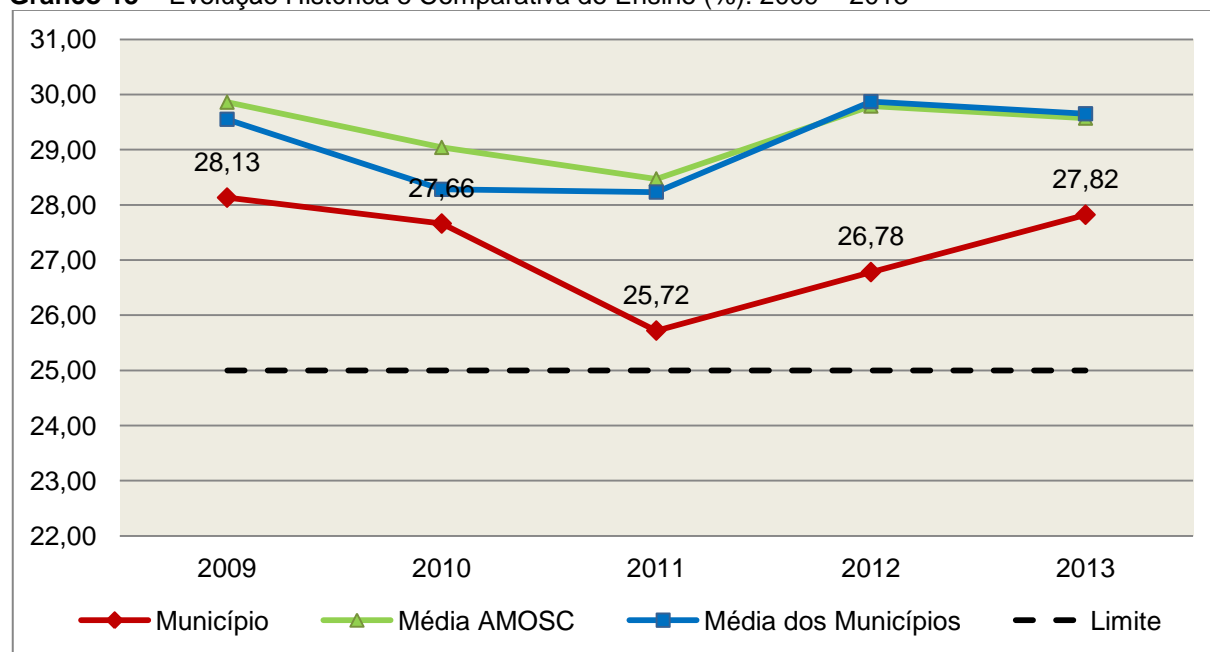
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>241.983.869,60</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>29.505.187,63</b>	<b>12,19</b>
Educação Infantil	29.505.187,63	12,19
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>71.372.847,00</b>	<b>29,49</b>
Ensino Fundamental	71.372.847,00	29,49
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	7.629.960,69	3,15
(-) Ganho com FUNDEB	25.871.281,31	10,69
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	56.389,35	0,02
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>67.320.403,28</b>	<b>27,82</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	60.495.967,40	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>6.824.435,88</b>	<b>2,82</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Chapecó em 2013 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 51.596.062,92**, equivalendo a **89,90%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

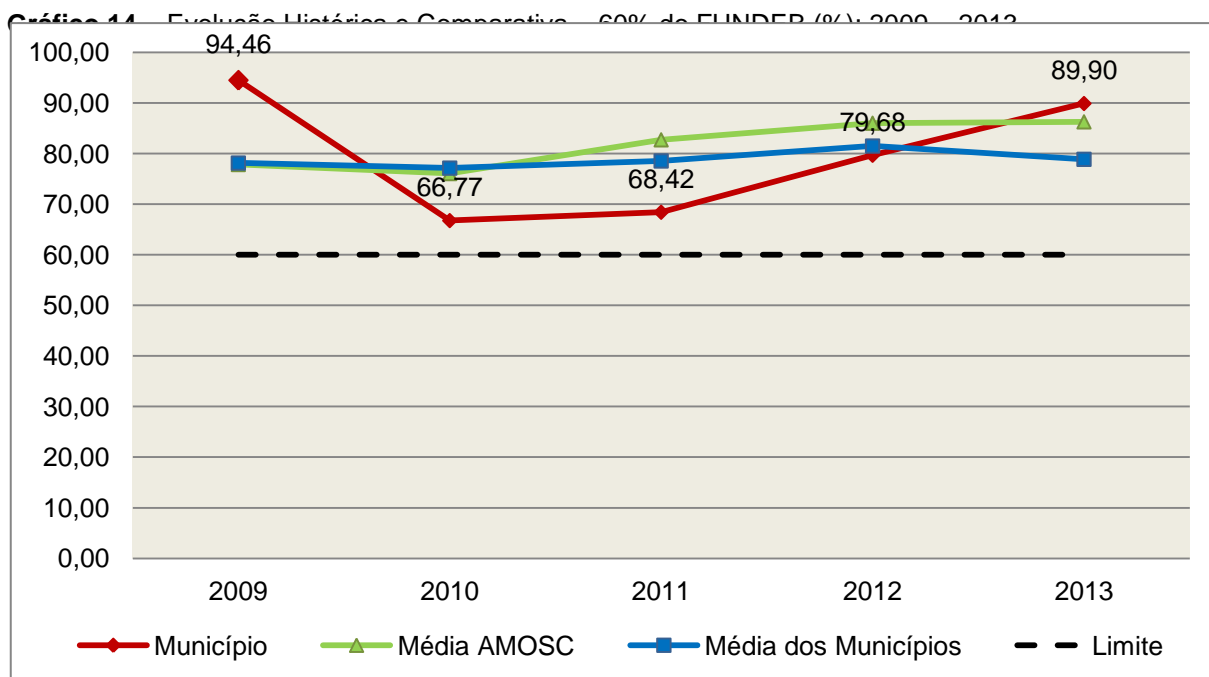
A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	57.339.311,95
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	56.389,35
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>57.395.701,30</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	34.437.420,78
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Deduzido o valor de R\$ 11.111,09 de inativos e R\$ 29.551,49 sem cobertura financeira)	51.596.062,92
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>17.158.642,14</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 57.395.701,30**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013**

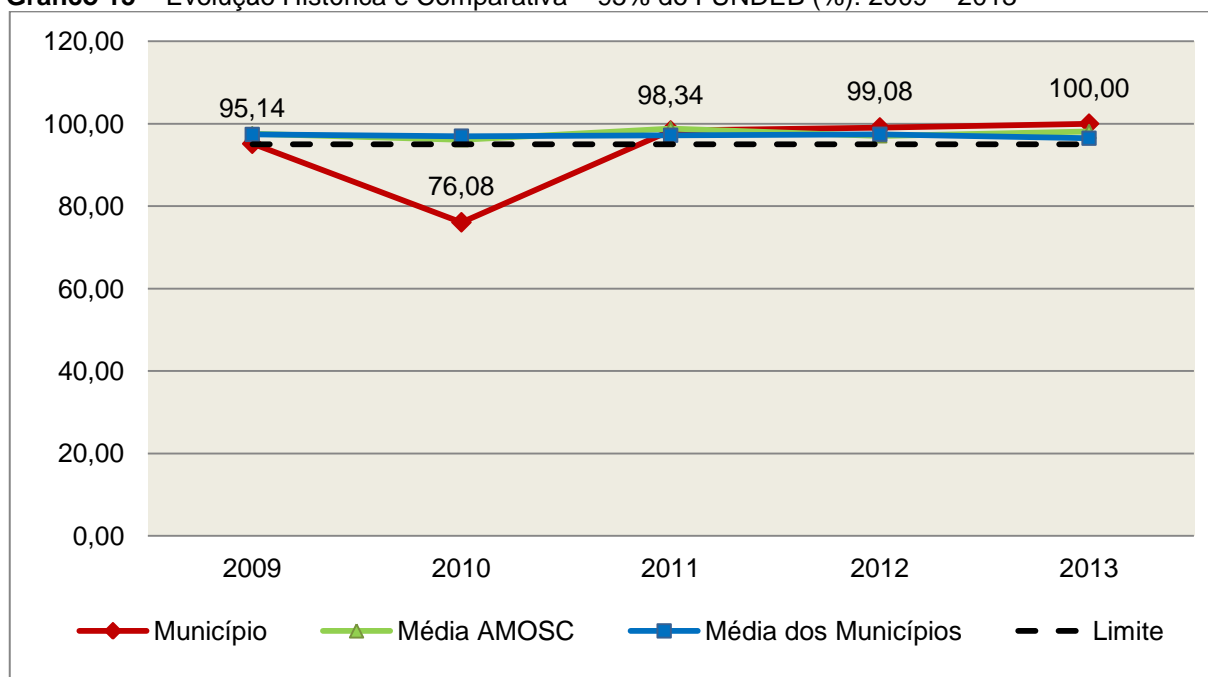
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>57.395.701,30</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	54.525.916,24
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	57.395.701,30
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>2.869.785,06</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Chapecó ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 516.387,66**, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.



**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	456.357,67
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	456.357,67
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>424.818.461,11</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	254.891.076,67	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>200.590.249,09</b>	<b>47,22</b>
Pessoal e Encargos	200.590.249,09	47,22
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>6.692.963,54</b>	<b>1,58</b>
Pessoal e Encargos	6.692.963,54	1,58
<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>14.804.874,12</b>	<b>3,48</b>
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>192.478.338,51</b>	<b>45,31</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	62.412.738,16	14,69

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

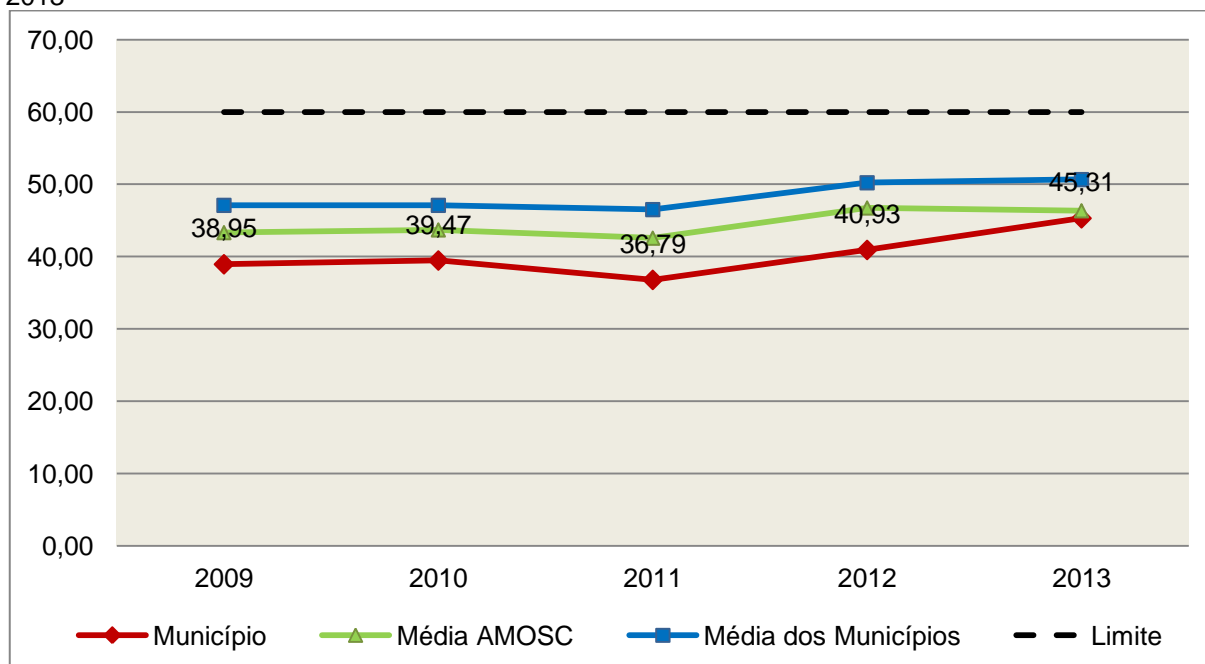
\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **45,31%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no

artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Chapecó, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	424.818.461,11	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	229.401.969,00	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	200.590.249,09	47,22

Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	14.804.874,12	3,48
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>185.785.374,97</b>	<b>43,73</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	43.616.594,03	10,27

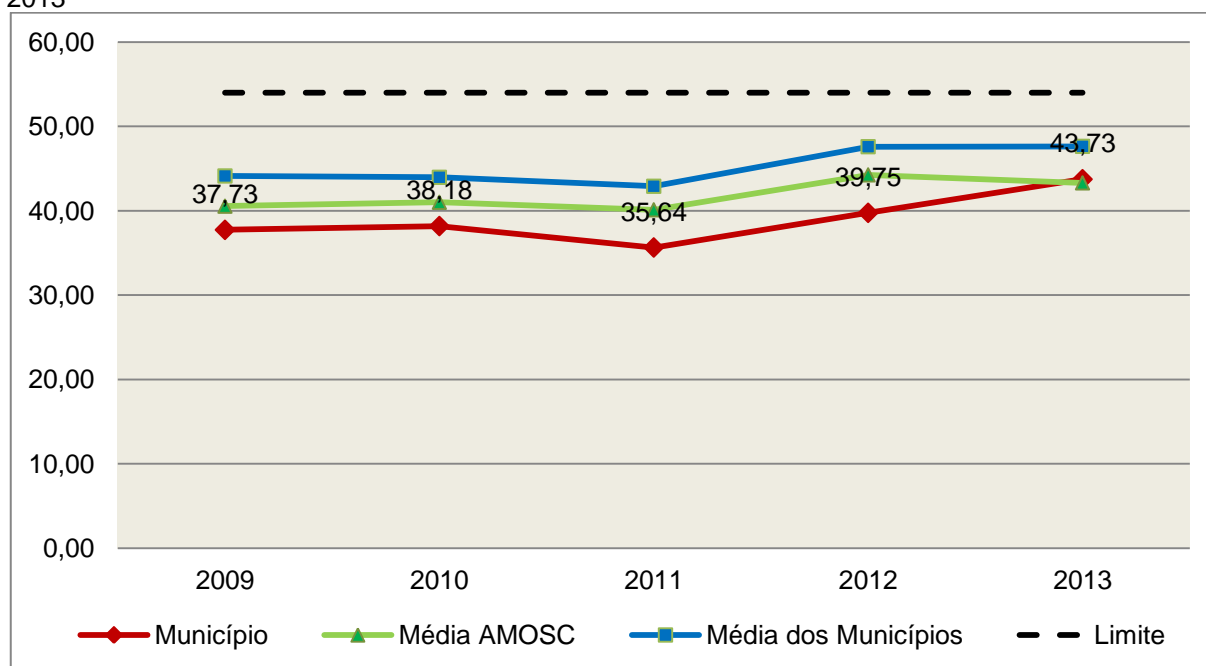
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **43,73%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

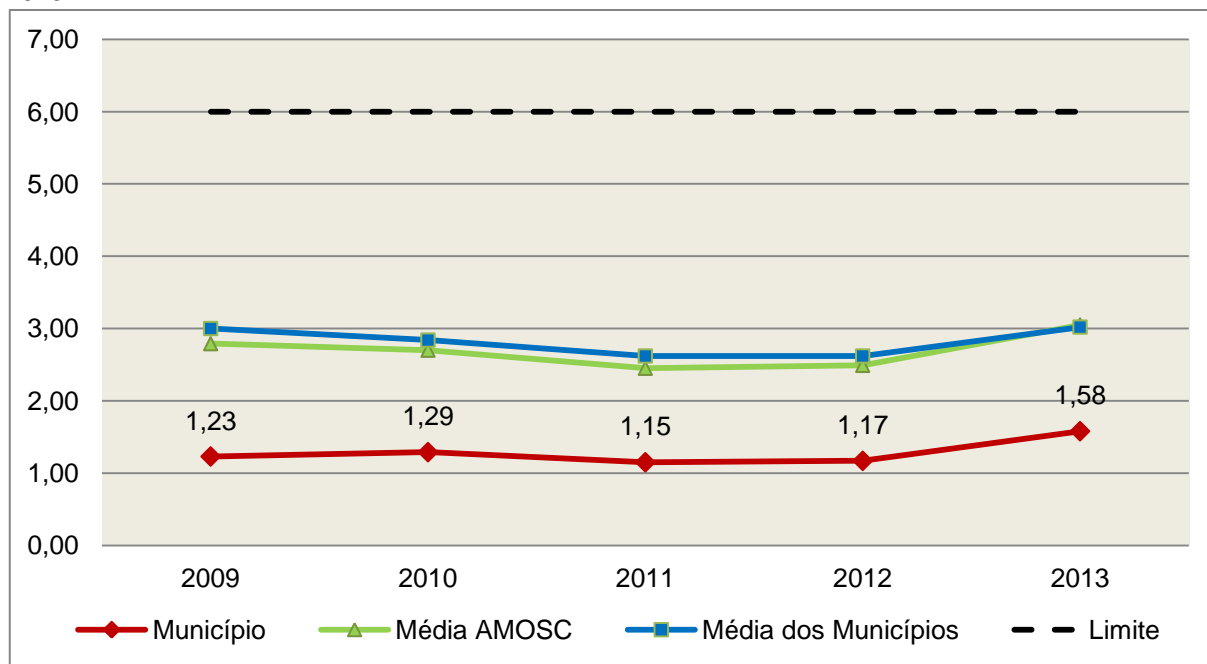
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>424.818.461,11</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	25.489.107,67	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	6.692.963,54	1,58
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>6.692.963,54</b>	<b>1,58</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	18.796.144,13	4,42

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,58%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

## **6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)**

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Chapecó**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde,

inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26



social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Chapecó**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Chapecó**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### **6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita

anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Chapecó, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 235.311,47) representa 0,08% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 278.062.037,22).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 336 a 383, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 348 a 352;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Secretaria de Assistência Social, conforme fl. 353 dos autos.

#### **6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Chapecó**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

#### **6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)**

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Chapecó**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013.

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei nº 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Chapecó**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:



Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Chapecó**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010**

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>DESCUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 12/12/2013 (fls. 404/406 dos autos ).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Despesas inscritas em Restos a Pagar e/ou despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 137.949,57**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Anexo, deste Relatório).

8.1.2 Balanço Patrimonial (Consolidado) - Anexo 14, apresentando indevidamente a conta "Créditos Realizáveis a Longo Prazo", com saldo credor de **R\$ 320.351,95**, em desacordo com o que estabelece o art. 85 c/c 105 da Lei nº 4.320/64 (Quadro 10).

8.1.3 Valores impróprios lançados no Ativo Realizável, a título de "Valores Pendentes a Curto Prazo", no montante de **R\$ 920.638,77**, superestimando o Ativo Financeiro do Município, em afronta ao disposto nos artigos 35, 85 e 105, I, § 1º da Lei nº 4.320/64 (Folha 408 dos autos).

8.1.4 Divergência, no valor de **R\$ 222.583,49**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -3.132.207,65) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 4.087.346,95), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 732.555,81, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02 e 11). Registra-se que parte se refere

aos ajustes efetuados pela Instrução.

8.1.5 Despesas empenhadas e liquidadas com a Especificação da Fonte de Recursos do FUNDEB (R\$ 58.589.885,42) em montante superior aos recursos auferidos no exercício (R\$ 57.395.701,30), na ordem de **R\$ 1.194.184,12**, em desacordo com os artigos 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 50, I do mesmo diploma legal (Sistema e-Sfinge e Anexo 10, fls. 84/93).

8.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 2º, § 2º, II e 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

## 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.5).

8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

**Quadro 21 – Síntese**

<b>1) Balanço Anual Consolidado</b>	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
<b>2) Resultado Orçamentário</b>	<b>Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior</b>	R\$ 4.087.346,95
<b>3) Resultado Financeiro</b>	Superávit	R\$ 14.176.823,56
<b>4) LIMITES</b>	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>4.1) Saúde</b>	15,00%	21,39%
<b>4.2) Ensino</b>	25,00%	27,82%
<b>4.3) FUNDEB</b>	60,00%	89,90%
	95,00%	100,00%
<b>4.4) Despesas com pessoal</b>	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>a) Município</b>	60,00%	45,31%
<b>b) Poder Executivo</b>	54,00%	43,73%
<b>c) Poder Legislativo</b>	6,00%	1,58%
<b>4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010</b>	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Chapecó**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar**, apuradas nos itens **8.1 e 8.2**, respectivamente, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,  
DMU/Divisão 9, em 12/09/2014.

MOEMA RIBEIRO DAUX  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo  
Em 12/09/2014.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**



## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	93.977.668,17
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.536,71
Despesas com inativos e Pensionistas	3.019,14
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde	5.651.523,26
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	23.494,19
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>99.658.241,47</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	2.369.051,05
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	6.430,00
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	3.475,29
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	4.891.249,29
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	304.723,33
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental - inativos, fonte de recursos 18	11.111,09
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	43.920,64
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>7.629.960,69</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência	14.668.225,93
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	136.648,19
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>14.804.874,12</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>14.804.874,12</b>

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	57.339.311,95
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	56.389,35
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	456.357,67
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	456.357,67
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013</b>	<b>57.395.701,30</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O total de Restos a Pagar e DDO do FUNDEB apresentado no Sistema e-Sfinge é de, respectivamente, R\$ 200.232,03 e R\$ 394.075,21, contudo para apuração da aplicação financeira do FUNDEB no exercício foi considerado apenas R\$ 456.357,67 em razão da ausência de cobertura financeira.

Obs.: Constatou-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício e/ou despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal.

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	13.204.333,94	13.204.333,94	13.203.843,94
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	302	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	2013	302	105.058,57	105.058,57	105.058,57
64 - Atenção Básica	2013	301	16.993.110,75	16.993.110,75	16.803.746,75
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	302	59.126.349,04	59.126.349,04	59.125.429,05
66 - Vigilância em Saúde	2013	304	1.075.876,62	1.075.876,62	1.075.431,62
66 - Vigilância em Saúde	2013	305	532.400,90	532.400,90	532.400,90
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	302	1.050.078,99	1.050.078,99	1.050.078,99
68 - Assistência Farmacêutica Estratégica	2013	302	238.279,08	238.279,08	238.279,08
70 - Gestão SUS	2013	301	144.244,55	144.244,55	144.244,55
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2013	301	7.935,73	7.935,73	7.935,73
<b>TOTAL</b>			<b>93.977.668,17</b>	<b>93.977.668,17</b>	<b>93.786.449,18</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Chapecó	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1074	22/03/2013	FLORICULTURA ELAINE LTDA-ME	215,00	215,00	215,00	AQUISIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS PARA O GABINETE DA SECRETÁRIA DE SAÚDE. (Compra Direta Nº 447/2013)
Fundo Municipal de Saúde de Chapecó	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1912	17/05/2013	JAISON MANOEL CORREA	2.321,71	2.321,71	2.321,71	VALOR QUE SE EMPENHA PARA SUPRIR DESPESAS COM AUXÍLIO FUNERAL PELO FALECIMENTO DE LUIZ CARLOS KRUMMENAUER ROCHA EM 05/05/2013.
<b>TOTAL</b>						<b>2.536,71</b>	<b>2.536,71</b>	<b>2.536,71</b>	

**Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:**

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	365	467.551,54	467.551,54	467.551,54
58 - Salário Educação	2013	365	1.901.499,51	1.901.499,51	1.901.499,51
<b>TOTAIS</b>			<b>2.369.051,05</b>	<b>2.369.051,05</b>	<b>2.369.051,05</b>

**Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:**

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	10523	28/08/2013	BS AUDIO SONORIZAÇÕES LTDA ME	6.430,00	6.430,00	6.430,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA SEMANA DA PÁTRIA COM INICIO ÀS 8 HORAS; DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO COM INICIO ÀS 7HORAS E 30 MINUTOS E ENCERRAMENTO DA SEMANA DA PÁTRIA ÀS 17 HORAS. (Compra Direta Nº 5335/2013)
<b>TOTAL</b>						<b>6.430,00</b>	<b>6.430,00</b>	<b>6.430,00</b>	

**Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:**

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	1.108.451,34	1.108.451,34	1.108.451,34
58 - Salário Educação	2013	361	3.488.673,18	3.488.673,18	3.488.673,18
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	294.124,77	294.124,77	294.124,77
<b>TOTAL</b>			<b>4.891.249,29</b>	<b>4.891.249,29</b>	<b>4.891.249,29</b>

**Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:**

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Chapecó	00 - Recursos Ordinários	361	2491	12/03/2013	MARCELO CANELLO EPP	780,00	780,00	780,00	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AS CRECHES COMUNITÁRIAS, DOMICILIARES E ENTIDADES(Bebida láctea, nos sabores: morango, pêssego e coco) (Licitação Nº : 18/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Chapecó	00 - Recursos Ordinários	361	2493	12/03/2013	GALLI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	44.549,85	44.549,85	16.067,60	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AS CRECHES COMUNITÁRIAS, DOMICILIARES E ENTIDADES(ABOBRINHA ITALIANA, ALHO NACIONAL, BATATA DOCE, BATATA INGLESA, BROCOLIS, CEBOLA EM CABEÇA, CHUCHU, COUVE-FLOR, OVO DE GALINHA, CARNE BOVINA, ALFACE, BANANA E OUTROS) (Licitação Nº : 18/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Chapecó	00 - Recursos Ordinários	361	2494	12/03/2013	ALBERTI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME	7.579,07	7.579,07	7.579,07	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AS CRECHES COMUNITÁRIAS, DOMICILIARES E ENTIDADES(CANELA EM RAMA, COLORAU, CRAVO DA ÍNDIA, CREME VEGETAL, DOCE DE LEITE, EXTRATO DE TOMATE, FARINHA DE AVEIA, DOCE DE ABÓBORA/FIGO/GOIABA, FARINHA DE MILHO, FEIJÃO PRETO, VINAGRE, CARNE SUÍNA) (Licitação Nº : 18/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3286	26/03/2013	PIAZZA CENTRAL AGRICOLA LTDA	993,00	993,00	993,00	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (RAÇÃO E MISTURA) PARA OS ANIMAIS DA EBM AGROPECUÁRIA DEMÉTRIO BALDISSARELLI. (Compra Direta Nº 1285/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4289	17/04/2013	INDÚSTRIA DE ESTOFADOS CANAL LTDA	245,00	245,00	245,00	SERVIÇOS PARA TROCA DE FORRAÇÃO E ESPUMA DE CADEIRAS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) (Compra Direta Nº 2090/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6481	06/06/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA LTDA	4.931,80	4.931,80	4.931,80	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (MILHO, FARELO E RAÇÃO) PARA OS ANIMAIS DA EBM AGROPECUÁRIA DEMÉTRIO BALDISSARELLI (Compra Direta Nº 3077/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8327	12/07/2013	MOTIVA TREINAMENTO LTDA ME	4.000,00	4.000,00	4.000,00	CONTRATAÇÃO DE 01 PALESTRANTE PARA O 3º ENCONTRO DA FAMÍLIA, COM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: FELICIDADE, FAMÍLIA, MOTIVAÇÃO, PERSISTÊNCIA, FÉ, PAIXÃO PELA VIDA E PROFISSÃO, SONHOS, OTIMISMO, RELACIONAMENTO HUMANO, CORAGEM, ATITUDES E AUTOESTIMA, O EVENTO TERÁ EQUIPAMENTOS COMO VIOLÃO, VIOLA, VIOLINO, TROMPETE, ACORDEAN, SAX, PERCUSSÃO E CAVAQUINHO. A PALESTRA SCHOW SERÁ REALIZADA DIA 07 DE AGOSTO DE 2013, AS 19 HORAS, NO TEATRO DO CENTRO DE CULTURA E EVENTOS - PLÍNIO ARLINDO DE NES (Compra Direta Nº 4241/2013)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8450	19/07/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA LTDA	1.180,00	1.180,00	1.180,00	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (FARELO DE SOJA) PARA OS ANIMAIS DA EBM AGROPECUÁRIA DEMÉTRIO BALDISSARELLI (Compra Direta Nº 4324/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10575	30/08/2013	ANTONIO SLVINSKI-ME	560,00	560,00	560,00	Contratação de transporte para alunos das Escolas Municipais, para o Desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5386/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10579	30/08/2013	TRANSPORTES JUCAR LTDA	940,00	940,00	940,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais e Estaduais, para o desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5390/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10580	30/08/2013	LUCIMAR ANTONIO RILOZI-ME	580,00	580,00	580,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais e Estaduais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5391/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10668	03/09/2013	COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP	88,50	88,50	88,50	AQUISIÇÃO DE MATERIAL (FITA ZEBRADA) PARA O DESFILE DE SETE DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 5468/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	184	04/01/2013	FOLHA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ	157.837,25	157.837,25	157.837,25	PELA DESPESA EMPENHADA REF: RESCISÃO ESTAGIARIOS 2012.
Prefeitura Municipal de Chapecó	00 - Recursos Ordinários	361	2490	12/03/2013	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	3.598,80	3.598,80	3.598,80	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AS CRECHES COMUNITÁRIAS, DOMICILIARES E ENTIDADES(PÓ PARA GELATINA, PACOTE COM 01 KG DIVERSOS SABORES, SAGU, SAL, ARROZ BRANCO E PARBOILIZADO) (Licitação Nº : 18/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Chapecó	00 - Recursos Ordinários	361	2492	12/03/2013	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	11.395,36	11.395,36	11.395,36	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AS CRECHES COMUNITÁRIAS, DOMICILIARES E ENTIDADES(ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, AÇUCAR CRISTAL, AMIDO DE MILHO, BISCOITO DOCE DIVERSOS, FERMENTO QUIMICO, LENTILHA, MASSA ALIMENTICIA, NOZ MOSCADA, ÓLEO DE SOJA, ORÉGANO) (Licitação Nº : 18/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	521	31/01/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA LTDA	5.997,20	5.997,20	5.997,20	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DA EBM. DEMÉTRIO BALDISSARELLI(MILHO TIPO 01, FARELO DE SOJA, NÚCLEO GESTAÇÃO SACA DE 20 KG, RAÇÃO PRÉ-INITIAL SUÍNO NOVA-PRÉ 1, SACA DE 20 KG, RAÇÃO PRÉ-INITIAL SUÍNO NOVA PRÉ 2, SACA DE 20 KG, (Compra Direta Nº 3/2013)
Prefeitura	01 - Receitas de	361	1193	18/02/2013	BS AUDIO	1.730,00	1.730,00	1.730,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Chapecó	Impostos e Transf de Impostos: Educação				SONORIZAÇÕES LTDA ME				PARA PALESTRA DIA 08.02.2013, NO CENTRO DE EVENTOS PLINIO ARLINDO DE NÉS.(02 TELÕES DE 180" PARA AS LATERAIS DO PALCO; 02 PROJETORES DE IMAGENS DE 3.500 ANSILUMENES;02 NOT BOOK; 01 KAMMER-DISTRIBUIDOS DE VÍDEO; 01 TV LCD 42" PARA MONITOR; 01 MICROFONE AURICULAR;01 MICROFONE SLIN (TRIBUNA)) (Compra Direta Nº 127/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3301	26/03/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA LTDA	1.004,00	1.004,00	1.004,00	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (MILHO E RAÇÃO) PARA OS ANIMAIS DA EBM AGROPECUÁRIA DEMÉTRIO BALDISSARELLI. (Compra Direta Nº 1302/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8328	12/07/2013	BS AUDIO SONORIZAÇÕES LTDA ME	3.940,00	3.940,00	3.940,00	CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ÁUDIO VISUAL PARA O 3º ENCONTRO DA FAMÍLIA, COM OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS:01 RACK-MONITOR, 05 MICROFONES AURICULAR S/ FIO, 02 MICROFONES S/ FIO/BASTÃO, 01 SISTEMA DE CDJ PLAY, 01 MICROFONE SLIN/TRIBUNA01 TÉCNICO; 01 DATA SCHOW 3500 LUMENS, 01 TELA DE 180" COM TRIPÉ, 01 NOT BOOK, 01 MONITOR DE 42" LCD, CABOS E ACESSÓRIOS;06 MOVING SPOT, 01 TRELÇA DE 14X5, 02 ELIPSOIDAI S ETC 750, 02 MINI BRUT, 04 MOVING WHAS LED, 08 REFLETOR PAR LED 3WTS, 01 STROBO ATOMIC 3000 E 01 CAMÉRA PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS E GRAVAÇÃO EM UM DVD.O EVENTO SERÁ REALIZADO DIA 07.08.2013, AS 19 HORAS, NO TEATRO DO CENTRO DE
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9519	07/08/2013	APM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME	1.920,00	1.920,00	1.920,00	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS BANDAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO(COLLANT REGATA, SAIA DE BAILARINA ELANCA) (Licitação Nº : 152/2013-CV)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9520	07/08/2013	ANALINA BOUTIQUE ENF.E PRESENTES LTDA.	6.326,50	6.326,50	0,00	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS BANDAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO(SAPATILHAS SINTÉTICAS, REDE PARA CABELO, FITA METÁLICA DIVERSAS CORES, FITA DE CETIM DIVERSAS CORES, MARABU DIVERSAS CORES, MEIA CALÇA ELANCA, PURPURINA, COLA PARA TECIDO, ROSETAS PARA BANDEIRAS, PAETÉ DIVERSAS CORES, CORDÃO SÃO FRANCISCO, E OUTROS) (Licitação Nº : 152/2013-CV)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10576	30/08/2013	AUTO VIAÇÃO SUL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA-ME	760,00	760,00	760,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais e Estaduais, para o desfile de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5387/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10577	30/08/2013	JOAO DELMO MATTES - ME	560,00	560,00	560,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais e Banda (ida e volta) (Compra Direta Nº 5388/2013)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10578	30/08/2013	TRANS LUZ LTDA-ME	540,00	540,00	540,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5389/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10581	30/08/2013	VC TRANSPORTES E COMERCIO LTDA ME	560,00	560,00	560,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5392/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10582	30/08/2013	MERCADO GIOVANNONI LTDA - ME	180,00	180,00	180,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5393/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10583	30/08/2013	RICARDO ANDRÉ VENTURIN - ME	720,00	720,00	720,00	Contratação de transporte dos alunos das Escolas Municipais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5394/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10584	30/08/2013	EMPRESA LAGOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	180,00	180,00	180,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Estaduais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5395/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10585	30/08/2013	AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI LTDA	540,00	540,00	540,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Estaduais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5396/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10586	30/08/2013	ORSO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - M	540,00	540,00	540,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5397/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10587	30/08/2013	DDM COMERCIO DE PNEUS E TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA	180,00	180,00	180,00	Contratação de transporte para os alunos das Escolas Municipais para participarem do desfile cívico de 7 de setembro (ida e volta) (Compra Direta Nº 5398/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11022	17/09/2013	APM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME	24.194,00	24.194,00	24.194,00	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS BANDAS ESCOLARES DA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO(CALÇAS COM 1,20 M DE TECIDO OXFORD BRANCO, CONTENDO 02 FAIXAS DE 4,80 M DE FIO GALÃO DOURADO NAS LATERAIS, 80 CM DE ELÁSTICO NA CINTURA C/ DETALHE DE FINGE ZÍPER; TÚNICAS COM ESTOLA CONTENDO 2M DE TECIDO OXFORD NAS CORES BRANCA E PRETA, COM 12 BOTÕES DE METAL Nº 100 DOURADO, 2 LAPELAS NOS OMBROS COM UM BOTÃO DE METAL Nº 100 DOURADO EM CADA UMA, 2M DE FIO GALÃO DOURADO PARA DETALHES NAS MANGAS, FRENTE E





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									OMBREIRAS, COM O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ DE 8 CM BORDADO NA FRENTE DO LADO ESQUERDO; SAIAS COM 1M DE TECIDO OXFORD BRANCO, SENDO NO MODEL
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11051	18/09/2013	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA LTDA	5.908,50	5.908,50	1.754,00	Aquisição de produtos para fins de manutenção e alimentação dos animais do setor de zootecnia da EBM Agropecuária Demétrio Baldissarelli(FARELO DE SOJA, MILHO TIPO 1, NÚCLEO GESTAÇÃO SACA DE 20 KG, RAÇÃO PRÉ-INITIAL SUÍNO NOVA-PRÉ 1, SACA DE 20 KG, NÚCLEO DE LACTAÇÃO, FARELO DE TRIGO, NÚCLEO CRESCIMENTO) (Compra Direta Nº 5734/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	12584	18/10/2013	PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA EPP	1.262,50	1.262,50	1.262,50	Aquisição de materiais de segurança para atender a Universidade Aberta do Brasil (UAB)(EXTINTOR PSQ-NOVO, RECARGA/PQS CO2, BLOCO FU/DF/AUTONOMO FS) (Compra Direta Nº 6255/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	12936	29/10/2013	GRÁFICA POSITIVA RECKZIEGEL EDITORA LTDA. ME	1.372,00	1.372,00	1.372,00	IMPRESSÃO DE 20.000 (VINTE MIL) CONVITES PARA O EVENTO NATAL EM AÇÃO, QUE REALIZAR-SE-Á NO DIA 17 DE DEZEMBRO/2013, ÀS 20 HORAS, NO TEATRO DO CENTRO DE CULTURA E EVENTOS PLÍNIO ARLINDO DE NES (Compra Direta Nº 6433/2013)
Prefeitura Municipal de Chapecó	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	14039	26/11/2013	BS AUDIO SONORIZAÇÕES LTDA ME	4.550,00	4.550,00	0,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E ÁUDIO VISUAL PARA O EVENTO NATAL EM AÇÃO, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 17.12.13 NO TEATRO DO CENTRO DE EVENTOS PLÍNIO ARLINDO DE NÉS(COM OS SEGUINTES EQUIPAMENTOS: SONORIZAÇÃO : 02 MICROFONE BUM/AMBIENTE, 06 MICROFONES S/ FIO/BASTÃO, 01 MESA DE SOM, 04 TRIPÉ DE TELÃO, 01 SISTEMA CDJ PLAY, 01 MICROFONE SLIN/TRIBUNA E 01 TÉCNICO; ÁUDIO VISUAL: 02 DATA SHOW 3500 LUMENS, 02 TELA DE 180" C/ TRIPÉ, 01 NOTEBOOK E CABOS A ACESSÓRIOS; ILUMINAÇÃO: 06 MOVING SPOT, 01 TRELIÇA DE 14X5, 01 ELIPSOIDAIIS ETC 750, 02 MINI BRUT, 01 LASER(HALL), 04 MOVING WHAS LED, 16 REFLETORES PAR LED/LU
Prefeitura Municipal de Chapecó	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	12842	24/10/2013	LUCIMAR ANTONIO RILOZI-ME	2.500,00	2.500,00	2.500,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA EEB MARCOLINA RODRIGUES, NO TURNO NOTURNO(ENSINO MÉDIO), PARA O MÊS DE SETEMBRO/13
<b>TOTAL</b>						<b>304.723,33</b>	<b>304.723,33</b>	<b>261.210,08</b>	

### Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	COM RPPS	DO RPPS		EXCLUÍDO RPPS
		Aumenta	Diminui								
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>											
0	4.373.869,58	0,00	0,00	4.373.869,58	76.060,53	0,00	0,00	4.297.809,05	4.297.809,05	0,00	Superávit
3	125.903.517,72	0,00	0,00	125.903.517,72	272.934,53	22.697,74	0,00	125.607.885,45	125.607.885,45	0,00	Superávit
12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.994,16	0,00	0,00	-1.994,16		-1.994,16	Déficit
16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
17	231.386,06	0,00	0,00	231.386,06	-3.418,50	26.636,20	0,00	208.168,36		208.168,36	Superávit
18	419.379,42	0,00	0,00	419.379,42	287.189,43	161.741,48	0,00	-29.551,49		-29.551,49	Déficit
19	36.978,25	0,00	0,00	36.978,25	106.885,78	38.490,55	0,00	-108.398,08		-108.398,08	Déficit
22	578.156,32	0,00	0,00	578.156,32	2.031,07	98,00	0,00	576.027,25		576.027,25	Superávit
23	2.214.492,49	0,00	0,00	2.214.492,49	26.757,01	490,00	0,00	2.187.245,48		2.187.245,48	Superávit
24	6.290.358,82	0,00	0,00	6.290.358,82	243.007,14	444.285,64	0,00	5.603.066,04		5.603.066,04	Superávit
46	0,00	0,00	0,00	0,00	70,20	6.801,21	0,00	-6.871,41		-6.871,41	Déficit
47	245.914,89	0,00	0,00	245.914,89	0,00	0,00	0,00	245.914,89		245.914,89	Superávit
48	26.876,66	0,00	0,00	26.876,66	-1.260,90	0,00	0,00	28.137,56		28.137,56	Superávit
49	216.717,68	0,00	0,00	216.717,68	0,00	0,00	0,00	216.717,68		216.717,68	Superávit
50	14.017,78	0,00	0,00	14.017,78	-10.768,54	0,00	0,00	24.786,32		24.786,32	Superávit
51	126.527,25	0,00	0,00	126.527,25	-2.526,38	0,00	0,00	129.053,63		129.053,63	Superávit
52	336.136,97	0,00	0,00	336.136,97	11.732,13	0,00	0,00	324.404,84		324.404,84	Superávit
54	-622,00	0,00	0,00	-622,00	0,00	0,00	0,00	-622,00		-622,00	Déficit
55	167.968,39	0,00	0,00	167.968,39	52,25	0,00	0,00	167.916,14		167.916,14	Superávit
57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
58	594.488,94	0,00	0,00	594.488,94	10.449,92	0,00	0,00	584.039,02		584.039,02	Superávit
59	1.379,13	0,00	0,00	1.379,13	0,00	0,00	0,00	1.379,13		1.379,13	Superávit
60	35.424,75	0,00	0,00	35.424,75	0,00	8.054,01	0,00	27.370,74		27.370,74	Superávit
61	1.431,68	0,00	0,00	1.431,68	0,00	0,00	0,00	1.431,68		1.431,68	Superávit
62	15.695,67	0,00	0,00	15.695,67	0,00	0,00	0,00	15.695,67		15.695,67	Superávit
63	12.919,92	0,00	0,00	12.919,92	-870,97	0,00	0,00	13.790,89		13.790,89	Superávit
64	2.010.768,06	0,00	0,00	2.010.768,06	-858.333,66	189.364,00	0,00	2.679.737,72		2.679.737,72	Superávit
65	2.055.890,85	0,00	0,00	2.055.890,85	52.361,91	919,99	0,00	2.002.608,95		2.002.608,95	Superávit
66	548.504,63	0,00	0,00	548.504,63	376,51	445,00	0,00	547.683,12		547.683,12	Superávit
67	310.528,05	0,00	0,00	310.528,05	0,00	0,00	0,00	310.528,05		310.528,05	Superávit
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
70	934.071,10	0,00	0,00	934.071,10	1.767,22	0,00	0,00	932.303,88		932.303,88	Superávit
71	335.718,00	0,00	0,00	335.718,00	0,00	0,00	0,00	335.718,00		335.718,00	Superávit



FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	COM RPPS	DO RPPS		EXCLUÍDO RPPS
		Aumenta	Diminui								
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
86	-1.549.865,43	0,00	0,00	-1.549.865,43	0,00	0,00	0,00	-1.549.865,43		-1.549.865,43	Déficit
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>								<b>-1.697.302,57</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.697.302,57</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>											
0	19.351.293,57	0,00	920.638,77 (*)	18.430.654,80	-347.010,83	15.499.946,33	0,00	3.277.719,30			
1	-28.730,74	0,00	0,00	-28.730,74	1.167.200,52	2.042.414,56	0,00	-3.238.345,82			
2	-16.562,34	0,00	0,00	-16.562,34	941.753,05	370.657,00	0,00	-1.328.972,39			
<b>T.</b>	<b>19.306.000,49</b>	<b>0,00</b>	<b>920.638,77</b>	<b>18.385.361,72</b>	<b>1.761.942,74</b>	<b>17.913.017,89</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.289.598,91</b>	<b>Déficit</b>		

(\*) ajuste de antecipação de receita, cfe. ofício CGM 2014-019 (R\$ 919.388,77 + R\$ 1.250,00) (fl. 408 dos autos).